ANJOS, Amador - *Os Salesianos em Portugal (1894-1994): Actos comemorativos do centenário, Novembro 1994 - Novembro 1995*. Lisboa: Província Portuguesa da Sociedade Salesiana, 1998, 189 p.

O título é claro acerca da natureza do livro em apreço: registo dos actos comemorativos de um centenário, com recolha dos principais textos de discursos e conferências, assim como de fotografias alusivas a alguns dos eventos. A coroar as comemorações, a Condecoração da Província Portuguesa Salesiana, ocorrida em Lisboa a 8 de Março de 1996, com a atribuição do Grau de Membro Honorário da Ordem de Mérito pelo Presidente da República.

Alguns dos textos referem-se à presença salesiana em Portugal numa perspectiva histórica, embora não surjam dados novos relativamente aos coligidos pelo mesmo autor em anterior publicação (*Centenário da obra salesiana em Portugal: 1894-1994*. Lisboa, 1995), de que já fizémos uma recensão nesta revista (cf. tomo 7, 1995, p. 484-488). Agora, registem-se: «Início da obra salesiana em Portugal», saudação do Provincial na abertura das comemorações, em Braga, Pe. Simão Cruz (p. 52-60); «Cem anos da presença salesiana em Portugal», texto lido pelo mesmo Provincial na homenagem feita ao Superior Geral da Congregação, no Estoril, em Dezembro de 1994 (p. 75-80); e «Presença centenária dos salesianos em Portugal: 1894-1994: Síntese histórica», da autoria do Pe. Amadeu Anjos (p. 153--164).

Em termos historiográficos, é de sublinhar a comunicação do Prof. Manuel Braga da Cruz: «A Igreja e a sociedade portuguesa em finais do século XIX: a propósito do centenário dos Salesianos em Portugal» (p. 62-71). Nela se oferece uma contextualização histórica e se propõe uma reflexão sobre o significado da implantação desta congregação religiosa no país: «A chegada dos Salesianos em Portugal, com a sua inovadora pedagogia social e profissional, contribuiu largamente para o reforço do ideário e da organização do movimento social católico. Antes de mais pela demonstração prática da importância da formação de operários, não apenas do ponto de vista moral e espiritual, mas também do ponto de vista profissional. E ainda pela assistência educativa desenvolvida em favor da juventude mais carenciada». E acrescenta: «Mas a vinda dos Salesianos foi também, ela própria, uma resposta à questão social nos termos preconizados pelo Papa. Antes de mais pela educação. O operariado português era afectado por uma das mais elevadas taxas de analfabetismo da Europa. E Portugal conhecia também uma das mais baixas taxas de escolarização do velho continente. Apesar dos esforços do liberalismo para o alargamento da escolarização, estávamos longe da 'escolarização de massas' em curso nalguns países da Europa, o que explica em parte o nosso reconhecido atraso económico e o consequente baixo desenvolvimento social» (p. 70).

Em suma, trata-se de um livro que muito contribui para avivar a memória da família salesiana portuguesa. Oxalá que as comemorações centenárias, esta como outras, sirvam também para abrir caminhos de reflexão, estimulando o estudo da história das ordens e congregações religiosas que se encontra por fazer. A história social contemporânea de Portugal carece desses estudos e as próprias instituições religiosas têm obrigação de o fomentar, com rigor e seriedade. Para tanto há que

começar por organizar arquivos, torná-los acessíveis aos investigadores, organizar a recolha de testemunhos orais, apoiar a realização de estudos monográficos, em síntese, participar no desenvolvimento de projectos de investigação, em articulação com universidades e centros de investigação.

Paulo Fontes

ROTEIRO de Museus (Colecções Etnográficas): Lisboa e Vale do Tejo: Primeiro volume. Lisboa: Olhapim, 1997, 167 p.

Anunciado como o primeiro volume de uma colecção, o *Roteiro* resulta de um projecto de investigação levado a cabo pela associação Caminus-Actividades Culturais, durante o período de 1994 a 1997. «Representações da cultura portuguesa nas colecções etnográficas dos museus locais» é o título do projecto, que foi subsidiado pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) e Instituto Camões (IC) ao abrigo do programa Lusitânia, e teve ainda o apoio do Instituto Português de Museus, da Fundação Calouste Gulbenkian e do INATEL. A equipa de investigação era constituida por: Nélia Dias, coordenadora científica, e José António Figueiredo Dias, consultor científico, que co-assinam a apresentação do livro; Catarina Mira, Cláudia Freire Pignatelli, Maria João Abreu Mota, André Pereira Dias da Costa e António Perestrelo de Matos, como investigadores, que assinam os respectivos textos sobre vários museus e colecções.

A ideia que esteve na concepção do *Roteiro* é interessante: organizar e tornar acessível ao grande público parte da informação recolhida no âmbito de um projecto de investigação que tem objectivos mais vastos, nomeadamente o «perceber qual a visão de cultura veiculada pelos museus e colecções etnográficas e de que maneira estas instituições reflectem e participam na construção das identidades representadas» (p. 7). Efectivamente, partindo da constatação do surto museológico que se verificou em Portugal nos últimos vinte anos, é possível e desejável interrogar «de que maneira este surto museológico se relaciona ou não com o desenvolvimento da Antropologia em Portugal» (p. 8). Directamente, estamos em crer que não. Atendendo às conclusões provisórias que os próprios autores retiram relativamente aos dados recolhidos para a região de Lisboa e Vale do Tejo, poderemos, sim, encontrar razões comuns a esse surto museológico e ao desenvolvimento da Antropologia no país: as transformações profundas por que a sociedade portuguesa passou, nomeadamente «o desaparecimento da agricultura, dos modos de vida que com ela relacionados, e a crescente urbanização com o incremento dos sectores secundário e terciário» (p. 8).

O critério de divisão regional adoptado pelos autores é-nos explicado na introdução do livro, assinada por António Perestrelo de Matos. «Ao optarmos por dividir o trabalho de investigação [...] de acordo com os espaços territoriais definidos pela Comissões de Coordenação Regional (Algarve, Alentejo, Centro, Norte e Vale do Tejo) e Regiões Autónomas (Açores e Madeira), fizemo-lo por nos parecer que esta divisão oficial era mais coincidente com a proposta por Orlando Ribeiro, na sua obra *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* e consensual na Etnografa Portu-